



Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE TERMO DE FOMENTO

Nos termos do art. 32 da Lei nº13.019/2014 a Prefeitura de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer- SECEL, no uso de suas atribuições legais, torna público o processo de inexigibilidade do chamamento público para firmar Termo de Fomento com a Associação Pestalozzi de Santa Rita do Pardo-MS para apoio à realização da 1ª Expo Pardo de 2023, a ser realizada nos dias 27 a 30 de Julho de 2023; a fim de incentivar a cultura e fomentar o comércio local, no valor de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo-MS abre o prazo de 05 (cinco) dias corridos, após a publicação deste extrato para qualquer impugnação, que deve ser dirigida a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

Qualquer impugnação deve ser respondida em 05 (cinco) dias a contar da data do protocolo da impugnação.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de Julho de 2023.

ZENILDA GREGÓRIO DE SOUZA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer- SECEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO-MS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº016/2023 (POSSE EM CONCURSO PÚBLICO)

O Prefeito do Município de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA as pessoas relacionadas nos Anexos deste Edital, para apresentarem os documentos para que tome posse nos respectivo cargo, tendo em vista a aprovação em Concurso Público, Publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1993, em 30 de Abril de 2.022, e de acordo com Edital do Resultado Final e Classificação nº014/2022, publicado na Edição nº 2070, em 22 de Agosto de 2.022, Homologado pelo Edital nº015/2.022 de 22 de Agosto de 2.022.

Os convocados deverão comparecer na sede da Prefeitura Municipal, sito na Rua Geraldo da Silva Souza, s/n, centro, em Santa Rita do Pardo- MS, das 08h às 14h (Horário Brasília), no prazo máximo de quinze (15) dias munidos dos seguintes documentos:

- Fotocópia da Cédula de Identidade;
- Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física- C.P.F.;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento dos dependentes e C.P.F (se possuir);
- Fotocópia de Título de Eleitor, com prova de quitação perante a Justiça Eleitoral; (<https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
- Fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (se for do sexo masculino);
- Exame Médico Admissional;
- Fotocópia de comprovação de escolaridade exigida para o cargo;
- Declaração de não acumulação de cargos;
- Declaração de bens;
- Fotocópia de inscrição de PIS/PASEP (se já for inscrito);
- Fotocópia da carteira de registro de órgão de Classe (quando for o caso);
- Comprovante de endereço;
- 01 fotografias 3x4, recente, tirada de frente;
- Certidão Negativa de Ações Cíveis e Criminais, expedida pela Justiça Estadual e Federal do domicílio do convocado; (<https://web.trf3.jus.br/certidao/Certidao/Solicitar>; <https://esaj.tjms.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
- Fotocópia- Carteira de trabalho –CTPS;
- Conta Bancária (se possuir).

As fotocópias deverão ser apresentadas juntamente com as originais que, depois de conferidas serão devolvidas.

Gabinete do Prefeito, 12 de Julho de 2023.

LÚCIO ROBERTO CALIXTO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume e Diário Oficial do Município.

ANEXO ÚNICO

CARGO: 1004 – Vigia

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
-----------------	------	---------------

763040	FABIANO PEREIRA DA SILVA	03
--------	--------------------------	----

Gabinete do Prefeito, 12 de Julho de 2023.

LÚCIO ROBERTO CALIXTO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume e Diário Oficial do Município.

LEI N.º 1.258/2023, DE 12 DE JULHO DE 2023.

“Dispõe sobre a nomeação da Arena Poliesportiva de Santa Rita do Pardo, em homenagem ao Senhor Paulo Pereira Nunes ‘Paulão’”.

LÚCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, Prefeito de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele SAN-CIONA a seguinte lei:

Art. 1º - A Arena Poliesportiva localizada no Bairro Novo Horizonte II, passa a denominar-se Arena Poliesportiva PAULO PEREIRA NUNES ‘PAULÃO’.

Art. 2º - As despesas pela execução da presente Lei serão de responsabilidade do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. em

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de julho de 2023

Lúcio Roberto Calixto Costa

PREFEITO

LEI N.º 1.259/2023, DE 12 DE JULHO DE 2023.

“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2024 e dá outras providências”.

LÚCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, Prefeito de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele SAN-CIONA a seguinte lei:

Art.1º Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município de Santa Rita do Pardo/MS para o exercício de 2024, atendendo:

I - as diretrizes, metas e prioridades para o orçamento do Município;

II - as diretrizes gerais da Administração Pública Municipal;

III - as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das diretrizes gerais de sua elaboração;

IV - os princípios e limites constitucionais;

V - as diretrizes específicas do Poder Legislativo;

VI - as receitas municipais e o equilíbrio com a despesa;

VII - a alteração na legislação tributária;

VIII - as disposições sobre despesas de pessoal e encargos;

IX - as disposições sobre as despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais;

X - as vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos critérios e forma de limitação de empenho.

XI - as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;

XII - as condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas;

XIII - as disposições gerais.

§ 1º - Fazem parte desta Lei o Anexo I de Diretrizes e Metas para a elaboração do Orçamento de 2024, o Anexo II - Metas Fiscais e o Anexo III - Riscos Fiscais estabelecidos nos parágrafos 1º e 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

§ 2º - O Município observará as determinações relativas a transparências de Gestão Fiscal, estabelecidas no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e dos art. 4º e 44 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Orçamentárias

SEÇÃO I

As Diretrizes, Metas e Prioridades para o Orçamento do Município.

Art. 2º Em consonância com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública para 2024, especificadas nos Anexos a este Projeto de Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2024, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas, também estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

SEÇÃO II

As Diretrizes Gerais da Administração Municipal

Art. 3º A Receita e a Despesa serão orçadas a preço de junho de 2023.

Art. 4º Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecerão a seguinte prioridade na sua alocação, observadas as suas vinculações constitucionais e legais:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida e precatórios judiciais;

III - custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;

IV - investimentos.

Art. 5º Os critérios adotados para definição das diretrizes serão os seguintes:

I - priorizar a aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações em expansão;

II - os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, terão preferência sobre os novos projetos.

§ 1º O Projeto e a Lei Orçamentária de 2024 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto nesta Lei, somente incluirão ações ou projetos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as ações e projetos em andamento;

b) os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, consideradas as contrapartidas financeiras;

c) a ação estiver compatível com a Lei do Plano Plurianual;

§ 2º Entende-se como ação ou projeto em andamento aquele, constante ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2023 tenha ultrapassado vinte por cento do seu custo total estimado.

§ 3º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para 2024 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de equilíbrio fiscal para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado no Anexo de Metas fiscais constante dos Anexos desta Lei, podendo eventualmente ocorrer déficit em razão de acentuado declínio de receita ou da conjuntura econômica desfavorável.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas alienações, subvenções, convênios, acordos e contratos e a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de convênios, contratos e outros atos de competência do Executivo.

Art. 7º A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2024 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de 2023, conforme estabelece o art.153 da Lei Orgânica do Município.

SEÇÃO III

As Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e das Diretrizes Gerais de sua Elaboração

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social estimarão as receitas e fixarão as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo:

I - o Orçamento Fiscal refere-se aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e engloba a maioria das programações, exceto as relacionadas à seguridade social;

II - o Orçamento da Seguridade Social, que compreende um conjunto de ações estatais de proteção dos direitos relativos à saúde, previdência social e assistência social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 9º O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 203, 204, e § 4º do art. 212 da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição;

II - de transferências de recursos do Tesouro, Fundos e entidades da Administração Indireta, convênios ou transferências do Estado e da União para a seguridade social.

Art. 10 Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, a discriminação e a identificação da despesa, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

§ 1º - As despesas de cada Unidade Orçamentária serão discriminadas e classificadas por:

I - Grupos de Natureza de Despesa;

II - Função, Subfunção e Programa;

III - Projeto/Atividade.

§ 2º - Para o efeito desta Lei, entende-se por:

I - função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II - subfunção, representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

V - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

§ 3º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos e atividades, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

§ 4º - Cada projeto ou atividade identificará a Função, a Subfunção e o Programa aos quais se vinculam.

§ 5º - Para efeito de informação ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária constará, os orçamentos fiscais e da seguridade social, referentes aos poderes do Município, seus fundos e órgãos da administração direta, indireta, autarquias e fundações criadas e mantidas pelo poder público municipal, discriminando a despesa em nível de categoria econômica, por grupos de despesa, a origem dos recursos, detalhada por categoria de programação, indicando-se para cada um, no seu menor nível, obedecendo à seguinte discriminação:

I - o orçamento pertencente a cada Órgão e Unidade Orçamentária;

II - as fontes dos recursos Municipais, em conformidade com os conceitos e especificações das Fontes de Receita constantes nas regulamentações da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, a serem discriminadas por fontes de acordo normas do TC/MS.

III - as categorias econômicas e grupos de natureza de despesas correntes, em conformidade com os conceitos e as especificações constantes em portarias expedidas pela da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, obedecendo à seguinte classificação:

a) 1- Pessoal e Encargos Sociais: atendimento de despesas com pessoal, obrigações patronais, inativos, pensionistas e salário família;

b) 2- Juros e Encargos da Dívida: cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa;

c) 3- Outras Despesas Correntes: atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.

IV - as categorias econômicas e grupos de natureza de despesas de capital, em conformidade com os conceitos e as especificações constantes em portarias expedidas pela da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, obedecendo à seguinte classificação:

a) 4- Investimentos: recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, diversos investimentos e sentenças judiciais;

b) 5- Inversões Financeiras: atendimento das demais despesas de capital não especificadas no grupo relacionado no item anterior;

c) 6- Amortização da Dívida: amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio.

§ 6º O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

§ 7º Os elementos de despesa serão especificados nos anexos do orçamento, podendo seu desdobramento complementar para atendimento das necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária serem criados por decreto.

§ 8º Na lei orçamentária para 2024 a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, podendo o detalhamento por elemento de despesa ser criado por ato do Poder Executivo no momento de sua execução. Nos termos da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 9º As variações de dotações orçamentárias entre elementos de despesas e diferentes fontes de recursos e as suplementações de dotações orçamentárias, e as alterações de fontes de recursos que não caracterizam alteração do contrato serão registradas por simples apostilamento aos contratos ou termos que o substituem.

§ 10 Se houver alteração nas fontes de recursos ou categorias econômicas ou grupos de despesas pelos órgãos responsáveis pelas finanças públicas fica o poder executivo autorizado a adequá-las;

§ 11 São desvinculadas as disponibilidades financeiras pertencentes a fundos, autarquias e fundações, a serem apuradas e destinadas, a qualquer tempo, a Conta única gestora dos recursos próprios do Tesouro Municipal.

§ 12 As alterações nas fontes de recursos especificadas nos contratos e demais documentos que o substituem, bem como alteração das dotações orçamentárias nos contratados poderão ser realizadas por apostilamento;

§ 13 São consideradas despesas irrelevantes para fins do § 3º do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal aquelas cujo valor não ultrapassem, para bens e serviços, os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.

Art. 11 A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º do art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64;

II - das despesas conforme estabelece o § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64;

III - dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento das determinações constitucionais e da Lei nº 14.113/20;

IV - dos recursos destinados para a execução dos serviços de saúde em cumprimento ao índice estabelecido na Constituição Federal;

V - por projetos e atividades, os quais serão integrados por títulos, quantificando e qualificando os recursos;

VI - reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12 Na elaboração da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo deverá incentivar a participação popular através de audiências públicas, conforme estabelece no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000 e como condição obrigatória para aprovação da Proposta Orçamentária pela Câmara Municipal deverá ser realizada audiência pública conforme estabelece os art. 4º e 44 da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001.

Art. 13 Os orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão da Lei Orçamentária Anual, em valores globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações serão aprovados pelo Poder Executivo durante o exercício de sua vigência, nos termos da Lei 4.320/64.

Parágrafo único - Aplicam-se às Administrações Indiretas, no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, às Demonstrações Consolidadas do Município, excetuando fundação pública de direito privado.

Art. 14 Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários, até o valor de 30% (trinta por cento) para a criação de programas, projetos e atividades ou elementos de despesa, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 40; 41; 42 e 43 e seus parágrafos e incisos, da Lei Federal 4.320/64, podendo para tanto suplementar ou anular dotações entre as diversas fontes de receitas e diversas unidades orçamentárias, fundos ou fundações e demais entidades da administração indireta.

§ 1º - Para abertura de créditos adicionais, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal 4.320/64, a administração municipal poderá remanejar dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receitas.

§ 2º - Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária, desde que não ultrapassem cinquenta por cento do valor do orçamento, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações para atendimento à ocorrência das seguintes situações:

I - insuficiência de dotação dentro de um mesmo grupo de natureza de despesa, da mesma categoria e do mesmo grupo de fontes de recursos, em conformidade com os grupos e fontes de receitas registradas no orçamento de 2024;

II - insuficiência de dotação no grupo de natureza de despesas 1- Pessoal e Encargos Sociais;

III - insuficiência de dotação nos grupos de natureza de despesas 2- Juros e Encargos da Dívida e 6- Amortização da Dívida;

IV - suplementações para atender despesas com o pagamento dos Precatórios Judiciais;

V - suplementações que se utilizem dos valores apurados conforme estabelece nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

VI - insuficiência de dotação dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos;

VII - suplementações para atender despesas com educação suplementadas na função 12;

VIII - suplementações para atender despesas com ações e serviços de saúde suplementadas na função 10.

Art. 15 Na Lei Orçamentária Anual, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 101, constará uma reserva de contingência não superior a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos eventuais e fiscais imprevistos.

§ 1º Aplica-se à reserva de contingência o mesmo procedimento e condições para o Poder Executivo e o Poder Legislativo no que couber;

§ 2º Os recursos da reserva de contingência, previsto no caput deste artigo, poderão, também, serem utilizados para a suplementação de créditos orçamentários que se revelarem insuficientes, no decorrer do exercício.

Art. 16 Fica autorizada a realização de concursos públicos ou contratação de pessoal nos termos do art.37 da Constituição Federal para todos os Poderes, desde que:

I - atendam os dispositivos do artigo 169 da Constituição Federal e limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;

II - sejam para suprir deficiências de mão de obra ou ampliação de serviços básicos do Município.

Parágrafo único - No Orçamento para o exercício de 2024 as dotações com pessoal serão incrementadas de acordo com a expectativa de correção monetária para o próximo exercício, para assegurar a reposição e reajuste salarial, de acordo com a disponibilidade financeira do município.

Art. 17 - Nos termos da Resolução nº 86/2018 do TC/MS o ordenador de despesa de cada órgão ou unidade orçamentária designará os servidores responsáveis para cumprimento das obrigações junto ao TC/MS.

§ 1º Caso o servidor não venha a cumprir os prazos determinados pelas normas do TC/MS poderá ser responsabilizado pelo atraso na remessa de documentos, e será de seu encargo o pagamento de eventuais multas e penalidades, desde que seja comprovada sua responsabilidade no descumprimento de prazos.

§ 2º A remessa de documentos fora do prazo não ocasionada pelo servidor responsável, bem como outras irregularidades, ausência de documentos ou outras razões, deverá ser de responsabilidade do ordenador de despesa ou do servidor que deu caso ao descumprimento do prazo, sendo de responsabilidade quem deu causa ao atraso ou irregularidade o pagamento de multas.

§ 3º Para fins de atendimento à Resolução TCE/MS nº 86/2018 e ao § 6º do art. 181 do Regimento Interno do TCE/MS, é de responsabilidade do ocupante de cargo efetivo de Contador, nomeado como Diretor de Contabilidade, informar ao Tribunal os dados do delegatário para cadastramento, ficando autorizado o ressarcimento das suas despesas com o pagamento de anuidade do Conselho Regional de Contabilidade.

SEÇÃO IV

Os Princípios e Limites Constitucionais

Art. 18 O Orçamento Anual com relação a Educação e Cultura, observará as seguintes diretrizes tanto na sua elaboração como na sua execução:

I - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, com aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

II- FUNDEB, a receita formada com base em contribuição por aluno e a despesa com aplicação mínima de 70% (setenta por cento) da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Parágrafo único – Os recursos do FUNDEB, assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil deverão ser individualizados em termos de registro de receita, bem como aplicação de despesa, de forma a evidenciar as suas Gestões, assim como facilitar as Prestações de Contas a quem de direito.

Art. 19 Às operações de crédito, aplicam-se as normas estabelecidas no inciso III do Art. 167 da Constituição Federal;

Art. 20 Às operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária aplicam-se as disposições estabelecidas na Resolução do Senado Federal de nº 43, de 21 de dezembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 21 É vedada a utilização de recursos transferidos, em finalidade diversa da pactuada.

Art. 22 A despesa total com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 54% e a do Poder Legislativo em 6%, da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos termos dos artigos 18, 19 e 20 de Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 e no caso de limitação de empenho obedecerá ao disposto no art. 39 desta Lei.

Art. 23 As operacionalizações e demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta, nos termos do inciso III do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 24 Integra a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do parágrafo 3º do art. 29 da Lei 101/2000.

Parágrafo único – Equipara-se à Operação de Crédito e integrará a Dívida Pública Consolidada, nos termos do parágrafo 1º do art. 29 da Lei 101/2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos artigos 15 e 16 da mesma Lei:

I - a assunção de dívidas;

II - o reconhecimento de dívidas;

III - a confissão de dívidas.

Art. 25 Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida, conforme § 7º do artigo 30 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único - A Pessoa Jurídica em débito com o Sistema de Seguridade Social, e com o Município, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme estabelece o § 3º do artigo 195, da Constituição Federal.

SEÇÃO V

As Diretrizes Específicas do Poder Legislativo

Art.26 Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de até sete por cento da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos artigos 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária e conforme a pergunta 4 do Parecer “C” nº 00/0003/2001 do Tribunal de Contas do Estado de MS de 28 de março de 2001, conforme rege o artigo 29 - A da Constituição Federal.

§ 1º - Os repasses à Câmara Municipal se farão mensalmente, na proporção de um doze avos do total da receita arrecadada no exercício anterior ao dos repasses, conforme legislação específica descrita no “caput” deste artigo.

§ 2º - Para efeito de incorporação da execução orçamentaria, financeira e patrimonial da Câmara Municipal o Poder Legislativo deverá obedecer aos critérios estabelecidos no Decreto nº 10540/2020 que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle SIAFIC.

§ 3º - O valor do orçamento do Poder Legislativo municipal poderá ser suplementado ou reduzido nas hipóteses previstas no Artigo 43 da Lei nº 4.320/64, observando o Parecer “C” nº 00/0024/2002, do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores limitar-se-ão ao estabelecido na alínea “a” do inciso III, do artigo 20, da Lei Complementar 101/2000 e aos limites impostos no artigo 29-A da Constituição Federal.

Art. 27 As indicações das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória no orçamento municipal nos termos do art. 151 da Lei Orgânica do Município deverão ser encaminhadas à administração municipal até 30 de agosto de cada exercício a fim de constarem no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo exercício.

Parágrafo único - As emendas parlamentares no orçamento municipal, nos termos do art. 166 da Constituição Federal, somente poderão ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes

EXPEDIENTE

Editor Geral: Osmar da Silva Mello - DRT/MS 091 - Diagramação Noemi Silva

Jornalista Responsável: Osmar da Silva Mello - DRT/MS 091

Endereço: Rua João Ferreira da Silva, 1265 - Centro - CEP 79.690-000

Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Periodicidade: Bisemanal -

Tiragem: 1500 exemplares

E-mail: jornaldacidade.bra@uol.com.br - contatojornaldacidade@gmail.com

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus idealizadores.

Contatos:

(67) 98143-9894

(67) 99682-4675

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

orçamentárias e demais exigências constitucionais.

SEÇÃO VI

As Receitas Municipais e o Equilíbrio com a Despesa

Art. 28 Constituem-se receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de prestação de serviços;

III - das quotas-parte das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme artigo 158 e 159 da Constituição Federal;

IV - de convênios formulados com órgãos governamentais;

V - de empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;

VI - de recursos provenientes da Lei Federal nº 14.113/2020

VII - das demais receitas auferidas pelo Tesouro Municipal;

VIII - das transferências destinadas à Saúde, à Assistência Social e à Habitação pelo Estado e pela União;

IX - das demais transferências voluntárias e doações.

Art. 29 Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, da variação do índice inflacionário, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 3 anos, da projeção para os dois seguintes àquela a que se referirem, da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º - O montante previsto para receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal e dos demais Poderes, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 30 Fica autorizada a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, devendo estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atendendo a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no “caput”, por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança administrativas, extrajudiciais ou judiciais.

Art. 31 As receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente as funções próprias de cada um, os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros, os encargos e amortização da dívida, a contrapartida a financiamentos e outros necessários para a sua manutenção ou investimentos prioritários, conferindo racionalidade e eficiência na aplicação dos recursos.

§ 1º As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-se por rubricas orçamentárias específicas, inclusive as relativas aos convênios que deverão ser individualizados, exceto as transferências financeiras da Prefeitura Municipal, que serão contabilizadas como receitas extraorçamentárias.

§ 2º Na execução da despesa a emissão do empenho e as ordens de pagamento só serão efetuadas pela Secretaria Municipal de Finanças mediante autorização dos ordenadores de despesa de cada pasta ou fundo ou demais órgãos da administração indireta ou unidades orçamentárias, sem prejuízos de emissão de empenho e ordem de pagamento por outros fundos ou unidade orçamentária, que processam a sua contabilidade.

§ 3º Os empenhos das despesas das unidades orçamentárias da prefeitura municipal, dos fundos, fundações, autarquias e demais entidades da administração indireta poderão ser assinados pelo Secretário Municipal de Finanças e pelo Contador, a quem compete a função de analisar o empenho quanto às dotações vigentes no orçamento municipal e quanto às normas financeiras e contábeis, cabendo ao ordenador de despesa a responsabilidade pela despesa efetuada, sem prejuízos de emissão de empenho por outros fundos ou unidade orçamentária, que processam a sua contabilidade.

§ 4º As ordens de pagamento das unidades orçamentárias da prefeitura municipal, dos fundos, fundações, autarquias e demais entidades da administração indireta poderão ser assinados pelo Secretário Municipal de Finanças e pelo Diretor Financeiro, cabendo ao ordenador de despesa a responsabilidade pela despesa efetuada, sem prejuízos da emissão de ordem de pagamento por outros fundos ou unidade orçamentária, que processam a sua contabilidade.

§ 5º Os empenhos de despesas de fundos, fundações, autarquias e demais entidades da administração indireta que processam sua própria contabilidade poderão ser assinados pelos respectivos ordenadores de despesa, a quem recai a responsabilidade pela despesa efetuada e também serem assinadas pelo contador.

§ 6º Os atos autorizativos de solicitação de empenho e de ordem de pagamento, bem como a determinação para assinatura de empenhos e ordens de pagamento poderão ser regulamentados por decreto do poder executivo.

SEÇÃO VII

A Alteração na Legislação Tributária

Art. 32 O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I - a revisão da legislação e manutenção do cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II - manutenção do cadastro dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III - melhoria na sistemática de cobrança do ITBI – imposto de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; adequando-o à realidade e valores de mercado;

IV - ao acompanhamento e controle do valor adicionado, para efeito de crescimento do índice de participação do município no ICMS – imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V - a recuperação dos investimentos, através da cobrança da contribuição de melhoria prevista em lei;

VI - a cobrança, através de tarifas decorrentes de serviços públicos ou do exercício do poder de polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no município;

VII - a concessão de isenção em geral, anistia, remissão, alteração de alíquota ou outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado de acordo com o interesse público, obedecendo as normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101/2000.

VIII - a modernização da Administração Pública Municipal, através da capacitação dos recursos humanos, elaboração de programas de modernização e reestruturação administrativa, aperfeiçoamento das ações administrativas e financeiras, desenvolvimento gerencial, redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

Art. 33 - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

SEÇÃO VIII

As Disposições sobre Despesas com Pessoal e Encargos

Art. 34 - Para atendimento das disposições contidas no Art. 169 da Constituição Federal, fica o poder executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a efetuar os ajustes necessários, para se adequar à Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 35 - Para exercício financeiro de 2024, serão consideradas como despesas de pessoal a definição contida no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Se houver necessidade o Poder Executivo encaminhará projeto de lei visando adequação da estrutura administrativa, do quadro de vagas, do plano de cargos e do estatuto dos servidores.

§ 2º - Observado os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando a concessão ou redução de vantagens e aumento da remuneração dos servidores, bem como extinção, revisão, adequação ou criação de cargos públicos.

§ 3º - Caso a despesa de pessoal ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, somente poderá ser concedida horas extras, quando for ao atendimento de relevantes interesses públicos, devidamente justificados pela autoridade competente.

§ 4º - Com o propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública e de seus efeitos sociais e econômicos, no seu período de duração, o Poder Executivo poderá adotar processos simplificados de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial, e de obras, serviços e compras que assegurem, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes, dispensada a observância do § 1º do art. 169 na contratação de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição, limitada a dispensa às situações de que trata o referido inciso, sem prejuízo do controle dos órgãos competentes.

§ 5º - De acordo com o interesse administrativo o Poder Executivo poderá estabelecer por ato próprio jornada corrida ou redução de horas de trabalho.

SEÇÃO IX

As Disposições Sobre as Despesas Decorrentes de Débitos de Precatórios Judiciais

Art. 36 Para atendimento ao prescrito no art. 100, da Constituição Federal fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento, a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciais.

Parágrafo único - - A relação dos débitos, de que trata o “caput” deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contemham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II – certidão que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;

III - precatórios apresentados, com características dos itens acima, até a data de 02 de abril de cada ano.

SEÇÃO X

Das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos Critérios e Forma de Limitação de Empenho.

Art. 37 A averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada no final de cada semestre.

Parágrafo Único - Se a despesa total com pessoal dos poderes executivo e legislativo exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados:

I – a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra, sendo permitida somente em caso de relevantes interesses públicos, devidamente justificados pela autoridade competente.

Art. 38 Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos parágrafos 30 e 40 do art. 169 da Constituição Federal.

§ 10 -No caso do inciso I do § 30 do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções, quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 20 É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

Art. 39 Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, utilizando os critérios de redução de despesas na ordem inversa ao estabelecido no art. 4º desta Lei, respeitando o pagamento da Dívida Fundada, precatórios, pessoal e encargos.

§ 1º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional as reduções efetivadas;

§ 2º - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

SEÇÃO XI

As Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos do Orçamento

Art. 40 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, bem como implantar controle de custos visando o equilíbrio financeiro.

Parágrafo único – Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados.

SEÇÃO XII

As Condições Especiais para Transferências de Recursos Públicos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 41 A destinação de recursos para direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada em Lei e destinarem-se a atender as diretrizes e metas constantes no art. 2º e no anexo I desta lei.

Art. 42 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e a promover a concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuição à organização da sociedade civil, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inclusive cooperativas sociais, obedecendo ao interesse e conveniência do Município.

§ 1º Os termos de colaboração e de fomento com as organizações da sociedade civil devem ser precedidos de chamamento público nos termos em que dispõe a Lei nº 13.019/2014, e que será considerado inexigível ou dispensado nos casos previstos na Lei nº 13 019/2014.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termos de colaboração ou de fomento com as organizações sociais, sem fins lucrativos, relacionadas no anexo de metas e diretrizes, para transferência de recursos destinados à execução de atividades ou projetos de interesse e competência do município nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte, entre outras, através processo de inexigibilidade de chamamento público.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de contribuição com entidades sem fins lucrativo, não enquadradas na Lei 13.019/2014, relacionadas no anexo metas e diretrizes, para repasse de contribuições, como despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e que não seja reembolsável pelo beneficiário, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, que desenvolvam atividades de interesse da população local, nas áreas de esporte, lazer, cultura e outras de interesse da população.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar termos de colaboração e fomento e acordos de cooperação celebrados com entidades sem fins lucrativos, tendo como limite o prazo previsto na Lei nº13.019/14, no mesmo valor anual, conforme estabelecido na legislação.

§ 5º Fica dispensado de restituição e fica vedado a utilização de documento de restituição de receitas de origens de convênios, termos de colaboração, de fomento ou contribuição para devolução ou ressarcimento de valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

Art. 43 É vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Direta ou Indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer serviço ligado a administração municipal.

Art. 44 Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes super-

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

95% (noventa e cinco por cento), é facultado aos Poderes Executivo e Legislativo do Município enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo; II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal.

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado ao Poder Legislativo implementá-las em seu respectivo âmbito.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente.

§ 5º As disposições de que trata este artigo:

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento."

CAPÍTULO II

Das Disposições Gerais

Art. 45 Durante o estado de calamidade fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio emergencial à população e aos segmentos produtivos e empresariais para enfrentar as consequências sociais e econômicas, ficando dispensada da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

Art. 46 As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

Parágrafo único - Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, poderá constar na Lei Orçamentária Anual, autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito adicional suplementar ou especial até 30% (trinta por cento) sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, utilizando os recursos previstos nos incisos I, III e IV do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 47 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

Art. 48 Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2023, a sua programação será executada mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 49 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de julho de 2023

Lúcio Roberto Calixto Costa

PREFEITO

RATIFICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

RATIFICAR o presente CREDENCIAMENTO nestes termos:

Processo Administrativo nº 081/2023

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023

Credenciamento: 04/2023

Data da Ratificação: 12/07/2023

Objeto: Credenciamento sem qualquer exclusividade de Empresas prestadoras de serviços médicos especializados nas áreas de cirurgias geral, ginecológica, oftalmológica, ortopédica e vascular pelo período de 12 (doze) meses, através de preços constantes da tabela aprovada pela Resolução nº 007/2023 do Conselho Municipal de Saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde considerando a participação do Município de Santa Rita do Pardo no Projeto MS Saúde: Mais Saúde, Menos Fila, Em conformidade com edital, memorial descritivo e demais anexos.

Fornecedor Credenciado: COA – CENTRO DE ORTOPEDIA E ANESTESIOLOGIA LTDA – CNPJ: 32.612.379/0001-87.

Cirurgias na Área de Ortopedia:

Retirada de Placas e/ou Parafusos (membros inferiores) – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia de quadril (não convencional) – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do quadril cimentada – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do quadril não cimentada / híbrida - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do joelho - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Reconstrução ligamentar intra-articular do joelho (cruzada anterior) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com sutura meniscal uni/bicompatimental - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com meniscectomia parcial / total - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Videartroscopia (joelho) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de dedo em gatilho - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de pé cavo - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Reparo de rotura do manguito rotador (inclui procedimentos descompressivos) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais).

Desta forma, RATIFICO a contratação nos termos do art. 25, caput, a Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de Julho de 2023.

LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

RATIFICAR o presente CREDENCIAMENTO nestes termos:

Processo Administrativo nº 081/2023

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023

Credenciamento: 04/2023

Data da Ratificação: 12/07/2023

Objeto: Credenciamento sem qualquer exclusividade de Empresas prestadoras de serviços médicos especializados nas áreas de cirurgias geral, ginecológica, oftalmológica, ortopédica e vascular pelo período de 12 (doze) meses, através de preços constantes da tabela aprovada pela Resolução nº 007/2023 do Conselho Municipal de Saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde considerando a participação do Município de Santa Rita do Pardo no Projeto MS Saúde: Mais Saúde, Menos Fila, Em conformidade com edital, memorial descritivo e demais anexos.

Fornecedor Credenciado: BOSCO CLÍNICA MÉDICA LTDA – CNPJ: 17.901.531/0001-58.

Cirurgias na Área de Oftalmologia:

Tratamento cirúrgico de Pterígio – Valor unitário R\$ 500,00 (Quinhentos reais);

Facoeulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável – Valor unitário R\$ 771,60 (Setecentos e setenta e um reais e sessenta centavos);

Capsulotomia a Yag Laser – Valor unitário R\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais).

Desta forma, RATIFICO a contratação nos termos do art. 25, caput, a Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de Julho de 2023.

LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

RATIFICAR o presente CREDENCIAMENTO nestes termos:

Processo Administrativo nº 081/2023

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023

Credenciamento: 04/2023

Data da Ratificação: 12/07/2023

Objeto: Credenciamento sem qualquer exclusividade de Empresas prestadoras de serviços médicos especializados nas áreas de cirurgias geral, ginecológica, oftalmológica, ortopédica e vascular pelo período de 12 (doze) meses, através de preços constantes da tabela aprovada pela Resolução nº 007/2023 do Conselho Municipal de Saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde considerando a participação do Município de Santa Rita do Pardo no Projeto MS Saúde: Mais Saúde, Menos Fila, Em conformidade com edital, memorial descritivo e demais anexos.

Fornecedor Credenciado: ALVES E JACCOUD LTDA – CNPJ: 22.542.744/0001-70.

Cirurgias na Área de Ortopedia:

Retirada de Placas e/ou Parafusos (membros inferiores) – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia de quadril (não convencional) – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do quadril cimentada – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do quadril não cimentada / híbrida - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do joelho - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Reconstrução ligamentar intra-articular do joelho (cruzada anterior) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com sutura meniscal uni/bicompatimental - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com meniscectomia parcial / total - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Videartroscopia (joelho) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de dedo em gatilho - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de pé cavo - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Reparo de rotura do manguito rotador (inclui procedimentos descompressivos) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais).

Desta forma, RATIFICO a contratação nos termos do art. 25, caput, a Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de Julho de 2023.

LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR o presente CREDENCIAMENTO nestes termos:

Processo Administrativo nº 081/2023

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023

Credenciamento: 04/2023

Data da Homologação: 12/07/2023

Objeto: Credenciamento sem qualquer exclusividade de Empresas prestadoras de serviços médicos especializados nas áreas de cirurgias geral, ginecológica, oftalmológica, ortopédica e vascular pelo período de 12 (doze) meses, através de preços constantes da tabela aprovada pela Resolução nº 007/2023 do Conselho Municipal de Saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde considerando a participação do Município de Santa Rita do Pardo no Projeto MS Saúde: Mais Saúde, Menos Fila, Em conformidade com edital, memorial descritivo e demais anexos.

Fornecedor Credenciado: COA – CENTRO DE ORTOPEDIA E ANESTESIOLOGIA LTDA – CNPJ: 32.612.379/0001-87.

Cirurgias na Área de Ortopedia:

Retirada de Placas e/ou Parafusos (membros inferiores) – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia de quadril (não convencional) – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do quadril cimentada – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do quadril não cimentada / híbrida - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Artroplastia Total primária do joelho - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Reconstrução ligamentar intra-articular do joelho (cruzada anterior) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com sutura meniscal uni/bicompatimental - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com meniscectomia parcial / total - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

mil e quarenta reais);

- Videoartroscopia (joelho) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Tratamento cirúrgico de dedo em gatilho - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Tratamento cirúrgico de pé cavo - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Reparo de rotura do manguito rotador (inclui procedimentos descompressivos) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais).

Desta forma, HOMOLOGO a contratação nos termos do art. 25, caput, a Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de Julho de 2023.

LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR o presente CREDENCIAMENTO nestes termos:

Processo Administrativo nº 081/2023

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023

Credenciamento: 04/2023

Data da Homologação: 12/07/2023

Objeto: Credenciamento sem qualquer exclusividade de Empresas prestadoras de serviços médicos especializados nas áreas de cirurgias geral, ginecológica, oftalmológica, ortopédica e vascular pelo período de 12 (doze) meses, através de preços constantes da tabela aprovada pela Resolução nº 007/2023 do Conselho Municipal de Saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde considerando a participação do Município de Santa Rita do Pardo no Projeto MS Saúde: Mais Saúde, Menos Fila, Em conformidade com edital, memorial descritivo e demais anexos.

Fornecedor Credenciado: ALVES E JACCOUD LTDA – CNPJ: 22.542.744/0001-70.

Cirurgias na Área de Ortopedia:

- Retirada de Placas e/ou Parafusos (membros inferiores) – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Artroplastia de quadril (não convencional) – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Artroplastia Total primária do quadril cimentada – Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Artroplastia Total primária do quadril não cimentada / híbrida - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Artroplastia Total primária do joelho - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Reconstrução ligamentar intra-articular do joelho (cruzada anterior) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com sutura meniscal uni/bicompatimental - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Tratamento cirúrgico de rotura do menisco com meniscectomia parcial / total - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Videoartroscopia (joelho) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Tratamento cirúrgico de dedo em gatilho - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Tratamento cirúrgico de pé cavo - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais);
- Reparo de rotura do manguito rotador (inclui procedimentos descompressivos) - Valor unitário R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais).

Desta forma, HOMOLOGO a contratação nos termos do art. 25, caput, a Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de Julho de 2023.

LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR o presente CREDENCIAMENTO nestes termos:

Processo Administrativo nº 081/2023

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023

Credenciamento: 04/2023

Data da Homologação: 12/07/2023

Objeto: Credenciamento sem qualquer exclusividade de Empresas prestadoras de serviços médicos especializados nas áreas de cirurgias geral, ginecológica, oftalmológica, ortopédica e vascular pelo período de 12 (doze) meses, através de preços constantes da tabela aprovada pela Resolução nº 007/2023 do Conselho Municipal de Saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde considerando a participação do Município de Santa Rita do Pardo no Projeto MS Saúde: Mais Saúde, Menos Fila, Em conformidade com edital, memorial descritivo e demais anexos.

Fornecedor Credenciado: BOSCO CLÍNICA MÉDICA LTDA – CNPJ: 17.901.531/0001-58.

Cirurgias na Área de Oftalmologia:

- Tratamento cirúrgico de Pterígio – Valor unitário R\$ 500,00 (Quinhentos reais);
- Facoeulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável – Valor unitário R\$ 771,60 (Setecentos e setenta e um reais e sessenta centavos);
- Capsulotomia a Yag Laser – Valor unitário R\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais).

Desta forma, HOMOLOGO a contratação nos termos do art. 25, caput, a Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de Julho de 2023.

LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO CMDCA/SRP nº. 005/2023

“Dispõe sobre a criação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dá outras providências.”

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Santa Rita do Pardo MS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com deliberação emanada em reunião ordinária do CMDCA, realizada na data de 10/07/2023, as 09:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Rita do Pardo/MS,

Considerando a LEI 13.431/17, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Considerando que o Decreto 9603/18, em seu art. 9º, inciso II, § 1º dispõe a escuta especializada dentre os procedimentos possíveis do atendimento intersetorial;

Considerando que o Decreto Presidencial nº 9.603/2018 regulamenta a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, reiterando que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem receber proteção integral;

Considerando que o Decreto Presidencial nº 9.603/2018, especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País;

Considerando que o Decreto Presidencial nº 9.603/2018, afirma que é preciso prevenir, fazer cessar e evitar a reiteração da violência, promovendo o atendimento de crianças e adolescentes para minimizar as seqüelas da violência sofrida, bem como para garantir a reparação integral de seus direitos;

Considerando a Lei 13.431/17, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violência sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção;

Considerando que nas políticas intersetoriais é imprescindível que haja integração dos serviços e o estabelecimento de fluxo de atendimento, sendo que os atendimentos devem ser realizados de maneira articulada; não havendo a superposição de tarefas; necessária a prioridade na cooperação entre os entes; exigindo a fixação de mecanismos de compartilhamento das informações; e a definição do papel de cada instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades.

Considerando que o Decreto fixou o prazo de 180 dias, a partir de sua publicação, para a criação, preferencialmente no âmbito dos conselhos de direitos das crianças e adolescentes, de um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 2º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, será composto por 01 representante da Política de Saúde, 01 da política de Educação Municipal, 01 da política de Assistência Social, 01 representante do CMDCA, 01 representante da Associação Pestalozzi, 01 da Escola Estadual, 01 representante da Defensoria Pública do Estado, 01 representante da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Bataguassu, 01 representante do Ministério Público, 01 representante da Polícia Civil, 01 representante da Polícia Militar e 01 representante do Conselho Tutelar.

Art. 3º - As reuniões do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, serão fixas, e definidas pelo Comitê.

Art. 4º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, definirá um coordenador e um vice-coordenador para responderem sempre que necessário pelo Comitê Gestor e representá-lo, quando necessário.

Art. 5º - Cabe ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, conforme Art. 9, do Decreto Presidencial nº 9.603/2018:

I - articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração da rede intersetorial que compõe o Sistema de Garantia de Direitos;

II - definir o fluxo de atendimento, observados os seguintes requisitos:
a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;

b) a superposição de tarefas será evitada;
c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada;
d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;
e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará; e

III - discutir, acompanhar e encaminhar casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento intersetorial poderá conter os seguintes procedimentos:

- I - acolhimento ou acolhida;
- II - escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;
- III - atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;
- IV - comunicação ao Conselho Tutelar;
- V - comunicação à autoridade policial;
- VI - comunicação ao Ministério Público;
- VII - depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária; e
- VIII - aplicação de medida de proteção pelo Conselho Tutelar, caso necessário.

§ 2º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

§ 3º Poderão ser adotados outros procedimentos, além daqueles previstos no § 1º, quando o profissional avaliar, no caso concreto, que haja essa necessidade.

Art. 6º - Os casos omissos na presente Resolução serão avaliados pelo Comitê de Gestão Colegiada e submetidos à Sessão Plenária do CMDCA.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rita do Pardo, 11 de julho de 2023.

GRACILENE CARVALHO DE ALMEIDA THEDIN COSTA
Presidente do CMDCA de
Santa Rita do Pardo/MS

02 PODER EXECUTIVO
020210 SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
Empenho: **01742 OR 30/12/1899 2023**
Int.: A L DA FONSECA ARTES GRAFICAS
Valor: RRS 957,00
Proveniente de:ATA N.º 028/2022 REFERENTE A MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER A DEMANDAS DAS SECR. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

02 PODER EXECUTIVO
020212 SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URBANOS, EST
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
Empenho: **01744 OR 30/12/1899 2023**
Int.: A L DA FONSECA ARTES GRAFICAS
Valor: RRS 319,00
Proveniente de:ATA N.º 028/2022 REFERENTE A MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER A DEMANDAS DAS SECR. DE OBRAS.

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

02 PODER EXECUTIVO
 020511 SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E
 3.3.90.30.07 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
 Empenho: 00711 OR 30/12/1899 2023
 Int.: GULART & CIA LTDA EPP
 Valor: RR\$ 382,21

Proveniente de:ATA N.º 030/2022 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO / CASA ABRIGO.

02 PODER EXECUTIVO
 020511 SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E
 3.3.90.30.07 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
 Empenho: 00712 OR 30/12/1899 2023
 Int.: TSS TRANSPORTES COM. IMPORT. E EXPORTA
 Valor: RR\$ 863,73

Proveniente de:ATA N.º 030/2022 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SEC. ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO / CASA ABRIGO.

02 PODER EXECUTIVO
 020511 SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E
 3.3.90.39.67 SERVICOS FUNERÁRIOS
 Empenho: 00713 OR 30/12/1899 2023
 Int.: FUNERARIA BOM JESUS LTDA
 Valor: RR\$ 3.860,00

Proveniente de:ATA N.º 015/222 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO

02 PODER EXECUTIVO
 020313 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA SESP
 3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
 Empenho: 02402 OR 30/12/1899 2023
 Int.: A L DA FONSECA ARTES GRAFICAS
 Valor: RR\$ 3.190,00

Proveniente de:ATA N.º 028/2022 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO NA CONFEÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER A DEMANDAS DA SECR. SAÚDE .

DECRETO Nº 111, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - LEI N.1242

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
 Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$556.800,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)	556.800,00
02 02 04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO SEAG	
13 04.122.0004.2004.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	174.000,00 F.R.: 1 500 0000
15 04.122.0004.2004.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33.000,00 F.R.: 1 500 0000
20 04.122.0004.2004.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA DIÁRIAS - CIVIL	20.000,00 F.R.: 1 500 0000
02 02 08 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO - SEFIP	
290 04.123.0007.2009.0000 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00 F.R.: 1 705 0000
02 02 10 SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER SECEL	
49 12.122.0010.2012.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.000,00 F.R.: 1 500 1001
83 12.365.0011.2040.0000 PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL MATERIAL DE CONSUMO	27.000,00 F.R.: 1 500 0000
02 02 10 SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER SECEL	
84 12.365.0011.2040.0000 PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL MATERIAL DE CONSUMO	41.000,00 F.R.: 1 552 0000
85 12.365.0011.2044.0000 PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00 F.R.: 1 500 0000
86 12.365.0011.2044.0000 PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00 F.R.: 1 552 0000
62 12.361.0012.2014.0000 ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00 F.R.: 1 500 1001
97 12.365.0012.2042.0000 ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	118.000,00 F.R.: 1 500 1001
109 13.392.0015.2019.0000 POPULARIZAÇÃO DA CULTURA, ESPORTES E LAZER OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.800,00 F.R.: 1 500 0000
02 02 12 SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URBANOS, ESTR. E OFICINA	
116 15.452.0017.2020.0000 MELHORIA URBANA PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.000,00 F.R.: 1 500 0000
119 15.452.0017.2020.0000 MELHORIA URBANA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00 F.R.: 1 500 0000
120 15.452.0017.2020.0000 MELHORIA URBANA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00 F.R.: 1 500 0000

02 02 12 SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URBANOS, ESTR. E OFICINA			
123 15.452.0017.2020.0000 MELHORIA URBANA DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00 F.R.: 1 500 0000		
Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:			
Anulação: -			
02 02 01 GABINETE DO PREFEITO			
2 04.122.0002.2002.0000 AÇÃO POLITICA DO GOVERNO MATERIAL DE CONSUMO	-13.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
3 04.122.0002.2002.0000 AÇÃO POLITICA DO GOVERNO PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	-1.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
5 04.122.0002.2002.0000 AÇÃO POLITICA DO GOVERNO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-6.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
02 02 03 ASSESSORIA JURIDICA			
10 02.061.0003.2003.0000 ASSESSORIA JURÍDICA SENTENÇAS JUDICIAIS	-14.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
02 02 04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO SEAG			
34 04.122.0005.2007.0000 GESTÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-8.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
02 02 10 SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER SECEL			
59 12.308.0011.2013.0000 PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL MATERIAL DE CONSUMO	-81.000,00 F.R. Grupo: 1 552 0000		
02 02 10 SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER SECEL			
63 12.361.0012.2014.0000 ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	-35.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1001		
65 12.361.0012.2014.0000 ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-10.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1001		
66 12.361.0012.2014.0000 ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-15.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1001		
70 12.361.0012.2014.0000 ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS MATERIAL DE CONSUMO	-38.000,00 F.R. Grupo: 1 550 0000		
73 12.361.0013.2015.0000 GARANTIA DE ACESSO AO ENSINO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-2.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1001		
82 12.364.0014.2016.0000 ACESSO AO ENSINO UNIVERSITÁRIO SUBVENÇÕES SOCIAIS	-37.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1001		
87 12.365.0012.2017.0000 ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-50.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1001		
100 12.365.0012.2042.0000 ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-5.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1001		
108 13.392.0015.2019.0000 POPULARIZAÇÃO DA CULTURA, ESPORTES E LAZER MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	-1.800,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
02 02 10 SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER SECEL			
112 13.392.0015.2019.0000 POPULARIZAÇÃO DA CULTURA, ESPORTES E LAZER SUBVENÇÕES SOCIAIS	-107.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
02 02 12 SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URBANOS, ESTR. E OFICINA			
114 15.451.0016.1004.0000 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO OBRAS E INSTALAÇÕES	-10.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
122 15.452.0017.2020.0000 MELHORIA URBANA MATERIAL DE CONSUMO	-33.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
126 15.452.0017.2020.0000 MELHORIA URBANA MATERIAL DE CONSUMO	-1.000,00 F.R. Grupo: 1 705 0000		
133 16.482.0018.1007.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - CASAS POPULAF OBRAS E INSTALAÇÕES	-60.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
134 16.482.0018.1007.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - CASAS POPULAF AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	-29.000,00 F.R. Grupo: 1 500 0000		
Anulação (-) -556.800,00			
Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.			
LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA PREFEITO MUNICIPAL			

DECRETO Nº 112, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - LEI N.1242

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
 Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$334.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)	334.500,00
02 03 13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA SESP	
138 10.122.0019.2021.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00 F.R.: 1 500 1002
144 10.122.0019.2021.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE DIÁRIAS - CIVIL	50.500,00 F.R.: 1 500 1002
145 10.122.0019.2021.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00 F.R.: 1 500 1002

179 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00 F.R.: 1 500 1002		
180 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000,00 F.R.: 1 500 1002		
182 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00 F.R.: 1 600 0000		
184 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	29.000,00 F.R.: 1 621 0000		
02 03 13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA SESP			
185 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00 F.R.: 1 621 0000		
188 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00 F.R.: 1 659 0000		
191 10.304.0019.2025.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00 F.R.: 1 500 1002		
203 10.305.0019.2026.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00 F.R.: 1 500 1002		
Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:			
Anulação: -			
02 03 13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA SESP			
142 10.122.0019.2021.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-50.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1002		
163 10.301.0019.2022.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO	-20.000,00 F.R. Grupo: 1 600 0000		
172 10.301.0019.2023.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	-29.000,00 F.R. Grupo: 1 621 0000		
175 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATAÇÃO	-10.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1002		
02 03 13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA SESP			
178 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO	-148.500,00 F.R. Grupo: 1 500 1002		
183 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-17.000,00 F.R. Grupo: 1 621 0000		
189 10.302.0019.2024.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO	-50.000,00 F.R. Grupo: 1 659 0000		
202 10.305.0019.2026.0000 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-10.000,00 F.R. Grupo: 1 500 1002		
Anulação (-) -334.500,00			
Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.			
LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA PREFEITO MUNICIPAL			
DECRETO Nº 113, DE 01 DE JUNHO DE 2023 - LEI N.1242			
Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências			
DECRETA: Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$112.400,00 distribuídos as seguintes dotações:			
Suplementação (+) 112.400,00			
02 05 11 SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E HABIT SEASTH			
209 08.122.0025.2027.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FIMAS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.000,00 F.R.: 1 500 0000		
228 08.243.0025.2029.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FIMAS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	67.000,00 F.R.: 1 500 0000		
235 08.243.0025.2030.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FIMAS MATERIAL DE CONSUMO	3.200,00 F.R.: 1 500 0000		
241 08.244.0025.2031.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FIMAS OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.000,00 F.R.: 1 500 0000		
244 08.244.0025.2031.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FIMAS MATERIAL DE CONSUMO	17.500,00 F.R.: 1 500 0000		
245 08.244.0025.2031.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FIMAS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.500,00 F.R.: 1 500 0000		
247 08.244.0025.2031.0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FIMAS MATERIAL DE CONSUMO	3.200,00 F.R.: 1 660 0000		

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

02	05	11	SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E HABIT SEASTH		
254	08.244.0025.2045.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	4.000,00	
	3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		

DECRETO Nº 119 , DE 07 DE JUNHO DE 2023 - LEI N.1249

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$253.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)			253.000,00
02	03	13	SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA SESP
309	10.301.0019.1008.0000		ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE
	4.4.90.51.00		OBRAS E INSTALAÇÕES
	601		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estr.
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro:	253.000,00
	Fontes de Recurso
	601 0000 253.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.


 LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA
 PREFEITO MUNICIPAL

02	05	11	SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E HABIT SEASTH		
208	08.122.0025.2027.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-15.500,00	
	3.3.90.40.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		
210	08.122.0025.2027.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-2.500,00	
	3.3.90.33.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		
216	08.122.0025.2027.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-17.000,00	
	3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		
224	08.241.0025.2028.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-20.200,00	
	3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		
226	08.241.0025.2028.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-15.000,00	
	4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		
236	08.243.0025.2030.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-13.200,00	
	3.3.90.36.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		
238	08.243.0025.2030.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-10.000,00	
	4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		
02	05	11	SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E HABIT SEASTH		
240	08.244.0025.2031.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-4.000,00	
	3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		
243	08.244.0025.2031.0000		IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - FMAS	-15.000,00	
	3.3.90.32.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500		Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO		

Anulação (-) -112.400,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.


 LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 115 , DE 07 DE JUNHO DE 2023 - LEI N.1249

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$410.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)			410.000,00
02	03	13	SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA SESP
310	10.302.0019.2024.0000		ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE
	3.1.90.11.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
	621		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro:	410.000,00
	Fontes de Recurso
	621 0000 410.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.


 LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 116 , DE 07 DE JUNHO DE 2023 - LEI N.1249

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$500.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)			500.000,00
02	02	12	SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URBANOS, ESTR. E OFICINA
306	15.452.0017.2020.0000		MELHORIA URBANA
	3.3.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO
	799		Outras vinculações legais
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO
307	15.452.0017.2020.0000		MELHORIA URBANA
	3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
	799		Outras vinculações legais
	000 000		DEFINIR NA EXECUÇÃO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro:	500.000,00
	Fontes de Recurso
	799 7400 500.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.


 LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA
 PREFEITO MUNICIPAL

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Lei COMPLEMENTAR n.º 005/2023, de 12 de Julho de 2023.

“Institui a Taxa de Coleta, Remoção, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos – TRS no Município de Santa Rita do Pardo, em acordo com o art. 35 da Lei Federal nº 11.445/2007 e alterações posteriores, altera o Código Tributário Municipal, e dá outras providências”.

LÚCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, Prefeito de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele SANCIONA a seguinte lei:

Título I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Coleta, Remoção, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos – TRS, que tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos específicos e divisíveis de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares ou a eles equipados, de fruição obrigatória prestados ou colocados à disposição no Município.

§ 1º Os resíduos sólidos domiciliares são aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas ou a eles equiparados.

§ 2º Incluem-se na classificação de resíduos sólidos domiciliares aqueles gerados por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que apresentem características (volume, composição e peso) equiparadas aos resíduos originários de atividades domésticas em residências urbanas, conforme parâmetros a serem oportunamente regulados por Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 3º A utilização efetiva ou potencial dos serviços de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação à disposição dos usuários para fruição.

§ 4º O Fato gerador da TRS ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

Capítulo I

Do Sujeito Passivo

Art. 2º O sujeito passivo da TRS é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, das seguintes unidades geradora abrangidos pelos serviços a que se refere a taxa:

Unidade imobiliária ou economia de qualquer categoria e uso, edificada ou não, lindeira à via ou logradouro público, onde houver a disponibilidade do serviço;

§ 1º Considera-se também lindeira a unidade imobiliária que tem acesso, através de rua ou passagem particular, entradas de vilas ou assemelhados, a via ou logradouro público.

Capítulo II

Base de Cálculo

Art. 3º A base de cálculo da TRS é o custo econômico dos serviços, que consiste no valor necessário para a adequação e eficiente prestação e viabilidade técnica e econômico-financeira, atual e futura, dos serviços públicos de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares ou a eles equiparados, rateados entre os contribuintes, nos termos desta Lei e conforme fixado em ato administrativo próprio.

§ 1º Para o disposto no caput, o custo econômico dos serviços públicos de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares ou a eles equiparados será apurado a partir da estimativa oficial indicada na Lei Orçamentária Anual – LOA no âmbito de valor a ser arrecadado.

§ 2º O custo dos serviços de limpeza de logradouros públicos, variação, capina, limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, valas e valetas, galerias de águas pluviais e córregos e de outras atividades assemelhadas da limpeza urbana, não integra a base de cálculo da TRS.

§ 3º Os serviços de coleta prestados aos grandes geradores, ainda quando executados pelo Poder Público, direta ou indiretamente, serão custeados diretamente pelo gerador, seguindo regime de cálculo diferenciado, bem como serão prestados com base nas disposições regulamentares pertinentes.

§ 4º A TRS terá seu valor estabelecido por meio da distribuição do custo dos serviços entre os sujeitos passivos, respeitado o critério igualitário de rateio entre todas as unidades imobiliárias incidentes deste tributo.

§ 5º A estimativa do custo dos serviços públicos de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares ou a eles equiparados disponibilizados aos contribuintes será atualizado anualmente com base nos custos provisionados para o respectivo exercício referentes à estruturação e operacionalização dos serviços ofertados.

§ 7º Os valores referentes à TRS, bem como as multas e outros acréscimos legais, estabelecidos em quantias fixas, deverão ser atualizados anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial IPCA-E, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acumulado no exercício anterior.

§ 8º O contribuinte deverá manter o cadastro imobiliário atualizado, bem como o cadastro junto à empresa e/ou concessionária de saneamento, para a correta identificação pelo sujeito ativo dos dados necessários ao lançamento do tributo, sendo responsável pela veracidade das informações prestadas.

Art. 4º A TRS será calculada mediante a estimativa de custo dos serviços de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares ou a eles equiparados disponibilizados aos contribuintes, mediante a divisão igualitária do custo dos serviços entre todos os sujeitos passivos.

§ 1º Os grandes geradores estão sujeitos a preço público, proporcionalmente ao uso, para a prestação dos serviços de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares ou a eles equiparados, devendo o valor arrecadado anualmente ser descontado dos usuários no ano subsequente de cobrança.

§ 2º Os estabelecimentos comerciais localizados no centro do município de Santa Rita dos Pardo, terão acréscimo de 20% (vinte por cento) no valor a ser pago da TRS após a divisão dos custos nos termos do caput.

Capítulo III

Da Hipótese de Taxa Social na TRS

Art. 5º Incidirá a taxa social aos imóveis, remetendo ao desconto de 50% (cinquenta por cento), mediante o atendimento, cumulativo, das seguintes condicionantes:

I. Unidade geradora de resíduos classificada como unifamiliar;

II. Comprovar renda familiar menor ou igual a 1 (um) salário-mínimo;

III. Morador de sub-habitação, ou construção com área de até 70 m²;

IV. Estar adimplente com a TRS (sem contas atrasadas).

§ 1º Para garantir o direito de aplicação do desconto referente à taxa social, o usuário dos serviços que se encaixar nas condições determinadas nos incisos do caput deverá comprovar todo o exposto mediante cadastro a ser feito junto à secretaria responsável pela assistência social. Somente após efetuado este cadastro e comprovado o atendimento cumulativo das referidas condicionantes é que o município passa a ter obrigação de conceder o desconto referente à taxa social.

Capítulo IV

Da Isenção quanto à TRS

Art. 6º São isentos quanto ao pagamento da TRS as unidades imobiliárias cujos residentes comprovem viver em situação de extrema pobreza, nos termos da lei, bem como as unidades geradoras destinadas ao funcionamento de:

I. Órgãos públicos integrantes da administração pública municipal, direta e indireta;

II. Hospitais públicos, escolas públicas, creches e orfanatos públicos administrados diretamente pelo Município ou por outros órgãos governamentais;

III. As seguintes entidades filantrópicas atuantes no município:

a) Associação de Voluntárias no Combate ao Câncer (AVCC);

b) Associação Pestalozzi de Santa Rita do Pardo-MS;

§ 1º A isenção ao pagamento da TRS de que trata o caput não exime as entidades discriminadas de qualquer das responsabilidades que lhes caibam com relação ao manejo diferenciado de resíduos especiais, ao adequado acondicionamento, transporte interno e externo e tratamento de resíduos efetiva ou potencialmente tóxicos, contaminantes e/ou perfurocortantes, nos termos definidos em legislação federal, estadual e municipal pertinente a

matéria.

§ 2º As unidades imobiliárias em que residem moradores em situação de extrema pobreza que são isentos da TRS, deverão anualmente renovar seus pedidos por intermédio de requerimento.

Capítulo V

Do Lançamento e do Pagamento

Art. 7º O lançamento da TRS será procedido em nome do contribuinte, na forma e nos prazos fixados no regulamento editado pelo Poder Executivo Municipal, anualmente, de forma isolada ou em conjunto com o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, ou ainda parcelada mensalmente em conjunto com a fatura do serviço de abastecimento de água e/ou esgoto.

§ 1º Não havendo interesse do contribuinte em promover o pagamento parcelado do tributo juntamente com a fatura de água e/ou esgoto, poderá solicitar ao Município a emissão de guia própria para quitação da TRS, apresentando-a a concessionária do serviço de água e/ou esgoto para a exclusão da cobrança.

§ 2º A cobrança da TRS, salvo expressa manifestação em sentido contrário do contribuinte, será feita de forma gradual e proporcional, no âmbito do respectivo exercício, em consonância com o delimitado no respectivo Decreto de Lançamento do Tributo.

§ 3º Para unidades geradoras de resíduos cuja cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, ou ainda do serviço de abastecimento de água e/ou esgoto seja conjunta, a TRS seguirá o mesmo procedimento.

§ 4º O lançamento da TRS para os imóveis que não disponham de cavalete ativo de abastecimento de água e/ou esgoto, será realizado em conjunto com o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU.

Art. 8º A TRS será paga, total ou parcialmente, na forma e nos prazos fixados no regulamento.

Art. 9º O pagamento da TRS e das penalidades ou acréscimos legais não exclui o pagamento de:

I. Custos públicos adicionais pela prestação de serviços de coleta, armazenamento, remoção, transporte, tratamento ou processamento e destinação final de outros resíduos sólidos não categorizados como domiciliares, a exemplo de entulhos de obras, aparas de jardins, bens móveis inservíveis, animais mortos, veículos abandonados, bem como dos originários da capina compulsória de terrenos vagos de propriedade privada e da limpeza de prédios e terrenos;

Custos públicos de responsabilidade dos grandes geradores e da implantação de logística reversa.

Penalidades decorrentes da infração à legislação municipal referente ao manejo dos resíduos sólidos e à limpeza urbana.

Art. 10. O contribuinte que pagar a TRS em uma única parcela até a data do vencimento da primeira parcela gozará de desconto de 10% (dez por cento).

Art. 11. Os contribuintes poderão realizar o pedido de revisão da TRS, conforme critérios e forma a serem oportunamente definidos em regulamento específico, nas seguintes situações:

I. Unidades geradoras que não são atendidas pelos serviços de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos e que, ainda assim, estejam sujeitas a exação da TRS;

II. Houver alterações substanciais no perfil da unidade geradora, passível de registro/comunicação à empresa e/ou concessionária de saneamento, tais como: desmembramento de unidade de consumo; pedidos de consumo final; alteração da situação da ligação ou do tipo de economia; outras situações que possam implicar em alteração da TRS.

Parágrafo Único - O recálculo da TRS solicitado pelo contribuinte, desde que rigorosamente observados os parâmetros ora fixados para o cálculo do tributo em questão, poderá ensejar a majoração da exação no exercício em curso, em razão do princípio da isonomia tributária (art. 150, II, da Constituição Federal de 1988) e da justiça fiscal.

Capítulo VI

Das Infrações e Penalidades

Art. 12. A inadimplência total ou parcial quanto ao pagamento da TRS, implicará a incidência de multa moratória de 0,30% (trinta centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da taxa não pago, até o limite de 20% (vinte por cento) do tributo devido, considerado o computo progressivo dos encargos incidentes à título de juros moratórios e correção monetária, nos termos do regramento tributário municipal.

§ 1º A multa a que se refere o caput será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o recolhimento da Taxa até o dia em que ocorrer o efetivo recolhimento.

§ 2º A multa não recolhida poderá ser lançada de ofício, conjunta ou isoladamente, no caso de não-recolhimento das taxas com os acréscimos de que trata o caput.

Art. 12-A. O contribuinte que omitir ou efetuar declaração falsa, no sentido de se enquadrar indevidamente como pequena unidade geradora, ficará sujeito ao pagamento de multa no valor entre 100 a 2000 Unidades de Referência Fiscal do Município de Santa Rita do Pardo (URF), sem prejuízo da inscrição em dívida ativa da diferença apurada e devida quanto à TRS, em razão do enquadramento incorreto.

Art. 12. O crédito tributário principal e a multa serão corrigidos monetariamente, nos termos da legislação própria.

Art. 13. Frente à inadimplência da TRS caberá inscrição na dívida ativa, protesto, inclusão do contribuinte junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa), execução fiscal, dentre outras providências sempre observando os regramentos de legislação própria e a discricionariedade do Poder Público na adoção, simultânea ou alternativa, dos meios indiretos de cobrança ora referenciados.

Art. 14. Preconizações adicionais, acerca das infrações e penalidades ora descritas, poderão ser minuciosas em regulamento específico.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. Fica autorizado o Executivo a promover a compatibilidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei do Plano Plurianual de Investimento – PPA, com as alterações decorrentes desta Lei.

Art. 16. Os valores arrecadados, por meio da cobrança instituída por esta Lei Complementar, são vinculados às despesas para a prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, incluído os investimentos de seu interesse.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor no prazo de 90 dias contados de sua publicação, produzindo efeitos somente a partir do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que se der sua publicação.

Art. 18. O custo dos serviços de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos – TRS, poderão ser subvencionados parcialmente pelo poder executivo através de ato próprio, e especificamente para os anos de 2024, 2025, 2026 e 2027, fica expressamente autorizado ser subvencionado pelo orçamento anual vigente os seguintes percentuais, até o implemento da integralidade dos custos:

2024: 100% (cem por cento) do custo efetivo;

2025: 75% (setenta e cinco por cento) do custo efetivo;

2026: 50% (cinquenta por cento) do custo efetivo;

2027: 25% (vinte e cinco por cento) do custo efetivo;

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2024, produzindo efeitos somente a partir do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que se der sua publicação, e, também, somente surtirá efeitos no prazo de 90 dias contados após a data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário constantes de lei e atos administrativos municipais anteriores.

Art. 21. Revoga-se os art. 158 do Código Tributário do Município de Santa Rita do Pardo, Lei Complementar nº. 007/2006, de 05 de Dezembro de 2006, e alterações posteriores, naquilo que se refere à coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares ou a eles equiparados.

Santa Rita do Pardo – MS, 12 de julho de 2023

Lúcio Roberto Calixto Costa

PREFEITO

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

PROJETO DE LEI Nº 007/2023 DE 12 DE ABRIL DE 2023

ANEXO-I

DIRETRIZES E METAS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2024

I - Incrementar o desenvolvimento de programas na área da educação para:

a) apoiar o ensino infantil, buscando a proteção à criança;
b) intensificar as ações e programas do ensino fundamental no sentido de motivar a frequência escolar, como forma de garantir a erradicação do analfabetismo municipal e reduzir a evasão escolar.

II – Oferecer saúde de qualidade, implementando ações e serviços que garantam a atenção integral, equânime e humanizada à população para promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo:

a) ações de vigilância epidemiológica e controle de doenças;
b) ações de vigilância sanitária;
c) vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;
d) educação para a saúde;
e) saúde do trabalhador;
f) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade: atenção básica, média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, e serviços de urgência e emergência;
g) assistência farmacêutica;
h) capacitação de recursos humanos;
i) maior atenção à saúde através dos atendimentos prestados junto as E.S.F rurais;

III - desencadear e apoiar programas e ações de geração de emprego e rendas e de capacitação de mão de obra, através de convênios e parcerias com entidades afins;

IV - desenvolver programas voltados à implantação, ampliação e/ou melhoria da infraestrutura urbana e rural, com o desenvolvimento inclusive de programas de revitalização de praças, jardins e áreas de lazer;

V - fomentar o desenvolvimento socioeconômico do Município e implantar políticas ambientais compatibilizando-as com uso sustentável dos recursos naturais;

VI - buscar a redução dos desequilíbrios sociais, promovendo a modernização e a competitividade da economia municipal;

VII - estimular e desenvolver programas para fortalecimento da agropecuária, especialmente para a agricultura familiar, da agroindústria e ações que visem o incremento de outras atividades econômicas municipais;

VIII – executar ações de planejamento, fortalecimento, desenvolvimento e divulgação dos aspectos turísticos municipais e outras atividades que visem a diversificação da atividade no Município;

IX – propiciar oportunidades de lazer, esporte e cultura, buscando a integração e o bem estar social, produção e consumo de bens e serviços culturais, preservação de monumentos históricos e o resgate da memória e identidade cultural e instituir incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e esportivos;

X – desenvolver programas que estimulem a instalação de novos comércios e indústrias;

XI – desenvolvimento de programas de apoio à assistência social aos mais necessitados, em especial à população carente, as crianças e adolescentes, os idosos e os excluídos do processo produtivo;

XII - Investimento em programas sociais voltados para a melhoria de qualidade de vida da população em geral, em especial a mais carente;

XIII - executar ações de administração e planejamento municipal, buscando o equilíbrio financeiro e melhor alocação dos recursos públicos;

XIV – reestruturação, modernização e aprimoramento da fiscalização municipal.

As metas a serem instituídas para elaboração do orçamento 2023 atenderão prioritariamente as descrições a seguir, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas:

I- ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS;

As metas da administração municipal para as áreas de planejamento, administração e finanças estão voltadas para a melhoria da qualidade do serviço público, para o aumento das receitas próprias municipais e a adoção do planejamento efetivo como instrumento de desenvolvimento, dentro das seguintes prioridades:

1. Desenvolver ações de capacitação e qualificação de recursos humanos do Município, com prioridade para a questão da qualidade e produtividade;
2. Dotar o Município de aparelhos, mobiliários em geral, veículos, maquinários – frota municipal e modernizar a administração pública municipal, mediante alocação de dotações para melhorar o sistema de informatização, organização e controle;
3. Revisão das Leis Municipais;
4. Revitalização, modernização e conservação do arquivo municipal;
5. Promover a progressão funcional e a reposição do poder aquisitivo dos vencimentos, salários e proventos dos cargos e funções, bem como implementar o pagamento de salários e proventos;
6. Amortização de dívidas contratadas;
7. Promover a construção, reforma e manutenção de prédios públicos;
8. Implementar todas as unidades municipais com equipamentos e materiais permanentes com vistas a adequação dos serviços ofertados em todas as áreas;
9. Dispor de bens públicos através dos meios legais como leilões de equipamentos, maquinários ou veículo que por ventura vier a onerar o poder público, devido seu desgaste natural.

II- DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As metas para as atividades sociais da administração municipal contemplam ações integradas entre os setores públicos, voltados para o atendimento das necessidades imediatas da população, de acordo com as seguintes prioridades:

1. Propiciar instrumentos e condições capazes de efetuar a coordenação, o controle e o acompanhamento das atividades de transporte e alimentação escolar, manutenção e ampliação da rede física;
2. Consolidar instrumentos eficazes de coordenar, instruir, supervisionar e avaliar do ponto de vista técnico – pedagógico e administrativo, os setores operacionais da Educação e Saúde;
3. Construir, ampliar, reformar, adequar e equipar os prédios da educação, da saúde e das creches e da saúde, em especial atenção aos ESF da área rural.
4. Assegurar os mecanismos que permitem a elaboração e o estabelecimento de uma política de investimentos, desenvolvendo sistemas capazes de otimizar custos financeiros de estrutura organizacional no âmbito da Rede Municipal de Ensino e órgão central; consolidar a municipalização do sistema de saúde em todos os programas;
5. Intensificar a implementação dos sistemas de informatização da rede municipal de ensino, saúde e assistência social;
6. Priorizar o atendimento à saúde com mantendo quadro funcional adequado com vistas ao atendimento das necessidades da população;
7. Apoiar os Conselhos Gestores e Associações de Pais e Mestre no âmbito do município;
8. Supervisionar, interferir e instruir as unidades escolares e centros de educação infantil, para que propiciem um ensino que assegure padrões mínimos de qualidade exigidos à formação do cidadão;
9. Priorizar os serviços preventivos de saúde, visando a educação permanente em saúde;
10. Propiciar mecanismos que assegurem um regime de colaboração entre as instituições públicas e privadas, visando a definição de uma política de ensino com qualidade;
11. Abastecer as unidades de saúde municipais com medicamentos e materiais de uso médico e odontológico, bem como equipamentos e material permanente;
12. Realizar investimentos para manutenção dos programas destinados ao atendimento social da população carente, nas áreas de assistência e promoção, geração de emprego e renda, triagem, encaminhamento e ampliação dos programas já existente;
13. Implementar os projetos de assistência e apoio a idosos de acordo com o estabelecido no Estatuto do Idoso, propiciando sua integração social, fortalecendo dos laços familiares, bem como o exercício da cidadania;
14. Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, visando a formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que o mesmo seja capaz de interferir no meio em que vive buscando o bem comum;
15. Atender crianças, adolescentes e jovens, dentro do estabelecido pelo estatuto da criança e adolescentes, inclusive vítimas da violência e prostituição infantil, buscando garantir-lhes seus direitos sociais básicos, priorizando a manutenção saudável dos mesmos na família e comunidade para formação da cidadania;
16. Viabilizar a implementação e a implantação de programas para atender jovens e adolescentes;

17. Otimizar os trabalhos de regularização e urbanização social;
18. Estimular a elaboração e execução dos projetos comunitários de construção de casas populares;
19. Utilizar sistemas cooperativos no atendimento às necessidades da população na área de promoção social;
20. Estimular programas para o estabelecimento de atividades geradoras de emprego e renda para atender a população em geral;
21. Estimular a parceria com a iniciativa privada na execução de programas, projetos e serviços sociais;
22. Desenvolver projetos de apoio, orientações e implementar o atendimento de urgência e emergencial às gestantes de alto risco, carentes e a redução de índices de mortalidade infantil;
23. Desenvolver ações voltadas ao atendimento à família que amenizem a carência alimentar;
24. Incentivar parcerias visando a ampliação da oferta de emprego e renda;
25. Apoiar ações de prevenção, habilitação, reabilitação, integração social das pessoas com deficiência;
26. Apoiar associações comunitárias e entidades visando à implementação da política de assistência social no município, bem como o trabalho em rede de atendimento integrada;
27. Viabilizar ações sociais Inter setoriais para ampliação de metas, otimização de recursos e melhoria na qualidade do atendimento;
28. Garantir a distribuição de medicamentos à população carente;
29. Capacitar profissionais por meio de cursos de formação aperfeiçoamento, para atuação e serviços de saúde;
30. Manter e implementar os programas de auxílio financeiro e auxílio de materiais e produtos a pessoas carentes;
31. Manutenção e implementação de ações e programas para o controle de doenças transmitidas por vetores.
32. Firmar termos de colaboração ou de fomento com as organizações sociais, sem fins lucrativos, que buscam amparo às pessoas que vivem em situações de risco e vulnerabilidade social.
33. Viabilizar a implantação e desenvolvimento de programas voltados ao atendimento de mulheres vítimas de violência.

III- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As metas para os projetos de desenvolvimento econômico do Município se voltam para a geração de emprego e renda e ao desenvolvimento de seu potencial, de acordo com as seguintes diretrizes:

1. Estimular a formação de organizações produtivas comunitárias;
2. Promover o acesso à informação sobre avanços científicos e tecnológicos de interesse da comunidade, bem como difusão de tecnologias existentes ou alternativas para o incremento das atividades produtivas locais;
3. Estimular a legalização das atividades econômicas do setor informal;
4. Recadastrar as atividades econômicas municipais;
5. Incentivar a implantação de indústrias e agroindústrias;
6. Dar suporte e divulgação ao produto turístico local;
7. Realizar estudos e pesquisas sobre a produção comercial e industrial do Município;
8. Incentivar a implantação de agroindústrias, com utilização de capital privado e público, direcionando os esforços para as atividades agropecuárias;
9. Apoiar as indústrias regionais para agregarem outros produtos da cadeia produtiva incorporando novos sistemas de comercialização;
10. Fomentar a Economia Solidária no município;

IV- PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

O planejamento urbano municipal, o desenvolvimento da cidade, em conjunto com as questões ambientais e de saneamento deverá priorizar:

1. Elaboração de Diretrizes de Crescimento e Desenvolvimento da Cidade, projetos estratégicos de desenvolvimento; adequada utilização da área urbana e uso do solo e plano de mobilidade urbana, voltados para melhoria da qualidade de vida da população;
2. Programa de paisagismo – manutenção das praças públicas, canteiros e áreas verdes do Município;
3. Implementar Políticas e Parcerias para a elaboração e implementação dos Planos locais como: gestão dos resíduos sólidos, coleta seletiva de lixo e Educação Ambiental nas escolas, comunidades e empresas;
4. Implantação de sistema de coleta e destinação final de lixo hospitalar;
5. Regulamentação do sistema de monitoramento de vegetação arbórea (corte, poda e manutenção de árvores);
6. Implantação de programa de controle e fiscalização da atividade geradora de poluição sonora e visual;
7. Induzir melhorias no sistema rodoviário, sistema de transporte, meio ambiente, abastecimento de água, tratamento de esgoto, à energia, à implantação industrial, desenvolvimento sustentável;
8. Ofertar equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população;
9. Promover o ordenamento e o controle do solo urbano, visando o cumprimento da função social da propriedade;
10. Preservar, proteger e recuperar o patrimônio natural e construído, cultural, histórico, artísticos, paisagístico e arqueológico;
11. Garantir a formalização de convênios ou contratos com as entidades de defesa do Meio Ambiente.
12. Estimular e apoiar campanhas voltadas ao Programa Cidade Limpa, criado através de Lei Municipal.

V- INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Os serviços de infraestrutura têm como meta preparar a cidade para os patamares de desenvolvimento exigidos pela população das seguintes prioridades:

1. Implantar e fazer manutenção urbana, com a adoção de critérios de iluminação pública,estendendo a locais não atendidos pela rede convencional, inclusive rural e sinalização do Município;
2. Promover a drenagem e o asfaltamento de vias públicas de acordo com as diretrizes dos Planos;
3. Promover ações de integração e participação das comunidades locais na execução de obras e serviços públicos de interesse coletivo;
4. Promover a drenagem, construção de pontes, aterros, encascalhamento e patrolamento das estradas vicinais do Município;
5. Executar a limpeza de terrenos baldios e residências em bairros, para evitar a proliferação de doenças;
6. Manter, revitalizar e ampliar o sistema viário Urbano e Rural do Município.

VI- CULTURA, ESPORTE E LAZER

As atividades culturais, desportivas e de lazer tem como meta o resgate da cultura regional, a aproximação das pessoas e a valorização de espaços públicos, com as seguintes prioridades:

1. Promover ações de incentivo às atividades culturais e manifestações populares, incluindo a construção de espaços apropriados;
2. Manter programas destinados ao lazer da população em geral, incluindo construção de espaço apropriado;
3. Manter os mecanismos de parceria com a iniciativa privada na manutenção e criação de espaços de recreação e lazer;
4. Fomentar as atividades esportivas amadoras em todas as suas modalidades, inclusive com a construção de espaços apropriados;
5. Manter, revitalizar, modernizar, informatizar e ampliar o acervo da Biblioteca Municipal;
6. Coordenar a política cultural voltada a criação artística, na produção e consumo de bens e serviços culturais para todas as camadas da população, promovendo shows artísticos de interesse da comunidade;
7. Manter os programas e projetos voltados para a identificação e o reconhecimento do patrimônio municipal e de espaços públicos existentes, com vistas ao incremento de novas áreas de potencial turístico;
8. Criação de programas de atividade esportivas no sistema educacional;
9. Apoiar as atividades de competição e eventos esportivos no município, realizando convênios e concedendo auxílios a entidades organizadoraspara sua realização.

Lucio Roberto Calixto Costa

PREFEITO DE SANTA RITA DO PARDO-MS

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

(§ 3º do art. 4º da Lei Complementar n.º 101/2000)

O COMPROMISSO COM O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, PRECONIZADO PELO § 1.º DO ART. 1.º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NÃO SE RESUME APENAS A PREVER GASTOS E RECEITAS, MAS ESTENDE-SE AO EXERCÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE AS CONTAS PÚBLICAS ESTÃO SUJEITAS NO MOMENTO DA ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Um dos riscos que afetam o cumprimento de determinada meta são os chamados riscos orçamentários que são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, de existir desvios de previsões entre as receitas ou despesas orçadas e as realizadas, por consequência da frustração da arrecadação de determinada receita, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária.

Os riscos que decorrem de possível crescimento do salário mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal e ou fixação de créditos insuficientes para amortização e juros da dívida, serão objeto de abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.

Com relação a esses riscos, a LRF no seu artigo 9º., prevê que ao final de um bimestre, se a realização da receita não comportar o cumprimento das metas, o Município promoverá, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Este mecanismo permite que desvios em relação às previsões sejam corrigidas ao longo do ano de forma a não afetar o equilíbrio orçamentário. Dessa forma, os riscos orçamentários são compensados por meio de realocação e redução da despesa.

A segunda categoria compreende os chamados riscos de dívida. Os chamados passivos contingentes são um risco de dívida, visto que são dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis.

Os Riscos Fiscais de possíveis acontecimentos que possam impactar negativamente as contas públicas serão objetos de abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.

Lucio Roberto Calixto Costa

PREFEITO DE SANTA RITA DO PARDO-MS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA PREENCHIMENTO DOS ANEXOS DA LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ÍNDICES									
ANOS		2023		2024		2025		2026	
IPCA/IBGE (%) + TAXA DE CRESCIMENTO (%)		3,50 X 2,30		3,00 X 3,97		3,00 X 3,62		3,00 X 3,30	
PIB ESTADUAL EM VALOR		166.035.050,00		177.799.740,00		189.767.250,00		201.903.210,00	
INCREMENTO DE RECEITA		1,059		1,071		1,067		1,064	

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA - 2023

NATUREZA DA RECEITA	2023		2024		2025		2026	
	PREVISÃO ATUAL	2023	PROPOSTA	2024	PREVISÃO	2025	PREVISÃO	2026
RECEITAS CORRENTES	80.637.200,00		96.353.651,75		92.164.043,56		98.061.620,70	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIA	8.432.500,00		9.020.288,36		9.637.900,34		10.254.629,58	
IRRF	920.000,00	1,071	985.219,72	1,067	1.051.511,21	1,064	1.118.797,42	
IPTU	885.000,00	1,071	947.738,54	1,067	1.011.508,07	1,064	1.076.234,47	
ITBI	4.004.500,00	1,071	4.288.383,01	1,067	4.576.931,15	1,064	4.869.808,97	
ISSQN	2.023.000,00	1,071	2.165.412,49	1,067	2.312.181,72	1,064	2.460.138,23	
TAXAS	600.000,00	1,071	642.534,60	1,067	685.768,18	1,064	729.650,49	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		1,071		1,067		1,064		
CONTRIBUIÇÕES	300.000,00		321.267,30		342.884,09		364.825,24	
CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS		1,071		1,067		1,064		
COSIP - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	300.000,00	1,071	321.267,30	1,067	342.884,09	1,064	364.825,24	
RECEITA PATRIMONIAL	3.499.700,00		3.747.797,23		3.999.971,52		4.255.929,69	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.499.700,00	1,071	3.747.797,23	1,067	3.999.971,52	1,064	4.255.929,69	
RECEITA DE SERVIÇOS	-		-		-		-	
RECEITA DE SERVIÇOS	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	68.275.000,00		73.115.083,03		78.034.704,50		83.028.145,24	
FPM - PRINCIPAL	16.000.000,00	1,071	17.134.256,00	1,067	18.287.151,55	1,064	19.457.346,38	
FPM - 1% COTA	1.200.000,00	1,071	1.285.069,20	1,067	1.371.536,37	1,064	1.459.300,98	
FPM - 1%	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
ITR	5.500.000,00	1,071	5.889.900,50	1,067	6.286.208,35	1,064	6.688.462,82	
FEP	250.000,00	1,071	267.722,75	1,067	285.736,74	1,064	304.021,04	
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	1.800.000,00	1,071	1.927.603,80	1,067	2.057.304,55	1,064	2.188.951,47	
SUS - UNIÃO	2.190.000,00	1,071	2.345.251,29	1,067	2.503.053,87	1,064	2.663.224,29	
FNAS - UNIÃO	100.000,00	1,071	107.089,10	1,067	114.294,70	1,064	121.608,41	
FNDE - UNIÃO	615.000,00	1,071	658.597,97	1,067	702.912,39	1,064	747.891,75	
ICMS - LC 87/96	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
CONVÊNIO DA UNIÃO	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
OUTRAS TRANSFÊRENCIAS DA UNIÃO	250.000,00	1,071	267.722,75	1,067	285.736,74	1,064	304.021,04	
ICMS	25.000.000,00	1,071	26.772.275,00	1,067	28.573.674,30	1,064	30.402.103,71	
IPVA	1.700.000,00	1,071	1.820.514,70	1,067	1.943.009,85	1,064	2.067.348,05	
IPI	200.000,00	1,071	214.178,20	1,067	228.589,39	1,064	243.218,83	
CIDE	40.000,00	1,071	42.835,64	1,067	45.717,88	1,064	48.643,37	
SUS - ESTADO	1.200.000,00	1,071	1.285.069,20	1,067	1.371.536,37	1,064	1.459.300,98	
CONVÊNIO ESTADO	450.000,00	1,071	481.900,95	1,067	514.326,14	1,064	547.237,87	
OUTRAS TRANSFÊRENCIAS DO ESTADO	3.780.000,00	1,071	4.047.979,98	1,067	4.320.339,59	1,064	4.596.798,08	
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
PESSOAS FÍSICAS	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (FUNDEB)	8.000.000,00	1,071	8.567.128,00	1,067	9.143.575,77	1,064	9.728.673,19	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	130.000,00		139.215,83		148.583,11		158.090,94	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	130.000,00	1,071	139.215,83	1,067	148.583,11	1,064	158.090,94	
RECEITAS DE CAPITAL	6.150.000,00		6.585.979,65		7.029.123,88		7.478.917,51	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	3.000.000,00	1,071	3.212.673,00	1,067	3.428.840,92	1,064	3.648.252,45	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	1,071	107.089,10	1,067	114.294,70	1,064	121.608,41	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	50.000,00	1,071	53.544,55	1,067	57.147,35	1,064	60.804,21	
CONVÊNIO DA UNIÃO	500.000,00	1,071	535.445,50	1,067	571.473,49	1,064	608.042,07	
CONVÊNIO DO ESTADO	2.500.000,00	1,071	2.677.227,50	1,067	2.857.367,43	1,064	3.040.210,37	
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	9.680.000,00		10.363.726,88		11.063.726,69		11.771.694,56	
DEDUÇÃO FPM - FUNDEB	3.200.000,00	1,071	3.426.851,20	1,067	3.657.430,31	1,064	3.891.469,28	
DEDUÇÃO ITR - FUNDEB	1.100.000,00	1,071	1.157.980,10	1,067	1.257.241,67	1,064	1.337.692,56	
DEDUÇÃO LC 87/96 - FUNDEB	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
DEDUÇÃO ICMS - FUNDEB	5.000.000,00	1,071	5.354.455,00	1,067	5.714.734,86	1,064	6.080.420,74	
DEDUÇÃO IPVA - FUNDEB	340.000,00	1,071	364.102,94	1,067	388.601,97	1,064	413.468,61	
DEDUÇÃO IPI - FUNDEB	40.000,00	1,071	42.835,64	1,067	45.717,88	1,064	48.643,37	
TOTAL LÍQUIDO DA RECEITA	77.107.200,00		82.573.406,52		88.129.440,75		93.768.843,66	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA PREENCHIMENTO DOS ANEXOS DA LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ÍNDICES									
ANOS		2023		2024		2025		2026	
IPCA/IBGE (%) + TAXA DE CRESCIMENTO (%)		3,50 X 2,30		3,00 X 3,97		3,00 X 3,62		3,00 X 3,30	
PIB ESTADUAL EM VALOR		166.035.050,00		177.799.740,00		189.767.250,00		201.903.210,00	
INCREMENTO DE RECEITA		1,059		1,071		1,067		1,064	

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA DESPESA - 2023

NATUREZA DA DESPESA	2023 ATUAL		2024		2025		2026	
	PREVISÃO	2023	PROPOSTA	2024	PREVISÃO	2025	PREVISÃO	2026
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA								
DESPESAS CORRENTES	68.081.200,00		72.907.544,35		77.813.201,38		82.792.468,13	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.767.000,00	1,071	32.948.103,40	1,067	35.165.049,48	1,064	37.415.261,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	1,071	21.417,82	1,067	22.858,94	1,064	24.321,68	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.294.200,00	1,071	39.938.023,13	1,067	42.625.292,96	1,064	45.352.885,45	
DESPESAS DE CAPITAL	8.576.000,00		9.665.862,17		10.316.239,37		10.976.375,52	
INVESTIMENTOS	8.226.000,00	1,071	8.809.149,37	1,067	9.401.881,79	1,064	10.003.508,21	
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	1,071	-	1,067	-	1,064	-	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	350.000,00	1,071	374.811,85	1,067	400.031,44	1,064	425.629,45	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000,00	1,071	481.900,95	1,067	514.326,14	1,064	547.237,87	
TOTAL DA DESPESA	77.107.200,00		82.573.406,52		88.129.440,75		93.768.843,66	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA PREENCHIMENTO DOS ANEXOS DA LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ÍNDICES									
ANOS		2023		2024		2025		2026	
IPCA/IBGE (%) + TAXA DE CRESCIMENTO (%)		3,50 X 2,30		3,00 X 3,97		3,00 X 3,62		3,00 X 3,30	
PIB ESTADUAL EM VALOR		166.035.050,00		177.799.740,00		189.767.250,00		201.903.210,00	
INCREMENTO DE RECEITA		1,059		1,071		1,067		1,064	

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL E DÍVIDA CONSOLIDADA - 2023

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	2021		2022		2023		2024	
	BALANÇO		BALANÇO		PREVISÃO		PREVISÃO	
	A		B		C		D	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.777.843,63		1.557.825,61	1,059	1.649.433,54	1,071	1.766.363,54	
DEDUÇÕES (II)	36.890.502,75		42.212.937,54		44.695.269,33	1,071	47.863.761,67	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA	36.890.502,75		42.212.937,54		44.695.269,33		47.863.761,67	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	37.662.592,50		44.091.027,78	1,059	46.683.800,67	1,071	49.993.261,98	
DEMAIS HAVERES FINANCEIROS	-		-	1,059	-	1,071	-	

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2020	2021	2022
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)			
Recetta de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Recetta de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Recetta Patrimonial			
Recetas Imobiliárias			
Recetas de Valores Mobiliários			
Outras Recetas Patrimoniais			
Recetta de Serviços			
Outras Recetas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			
Demais Recetas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Recetas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (I) + (II) = (III)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Benefícios - Civil			
Aposentados			

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTU	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
IPTU	Inserção	Aposentados	1.300,00	1.400,00	1.250,00	Para compensar a renuncia sempre mantemos o nc imobiliário e economico atualizado, evitando a evas Alteração na legislação tributária, excluindo algum condicionado e ocasionando o aumento na base d IPTU
	Desconto	Geral	3.200,00	3.000,00	2.900,00	
	Remissão	Pessoas Carentes	1.400,00	1.450,00	1.350,00	
		Lei Incentivo	2.500,00	2.700,00	2.000,00	
ISSQN	Inserção	Lei Incentivo	-	-	-	
Taxa de Fiscalização e Funcionamento	Desconto	Geral (quem paga a conta única dentro do vencimento)	1.000,00	1.200,00	900,00	
	Remissão	Pessoas Carentes	1.200,00	1.300,00	1.000,00	
Contribuição de Melhorias	Descontos	Geral	800,00	1.000,00	1.200,00	
TOTAL			11.400,00	12.050,00	10.600,00	

FONTE: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências constitucionais	
(+) Transferências ao Fundeb	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
1. Impacto do aumento real do salário mínimo	
2. Crescimento Vegetativo dos Gastos Sociais	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	

FONTE: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo

Nota:
Pelo art.17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, é considerada obrigatória de caráter continuado as despesas correntes derivadas de Lei ou outro ato legítimo que fixe para a instituição a obrigação leg. execução por um período superior a dois exercícios. A expansão dessas despesas está adstrita ao aumento da arrecadação das receitas ou redução compensatória das despesas.

DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2024

ARF (LRF, art.45, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	50.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	30.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	30.000,00
SUBTOTAL	80.000,00	SUBTOTAL	80.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	500.000,00	Limitação de Empenho	500.000,00
Restituição de Tributos a Maior	15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias e da Reserva de Contingência	15.000,00
Discrepância de Projeções:	300.000,00		300.000,00
Aumento de Salários que possam impactar na Despesa com Pessoal	800.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência e Cancelamento de Dotação	800.000,00
SUBTOTAL	1.615.000,00	SUBTOTAL	1.615.000,00
TOTAL	1.695.000,00	TOTAL	1.695.000,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo